

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005452-83.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **RODRIGO CRISTIANO BLANCO**
Requerido: **Vivo S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor questiona a cobrança do valor de R\$ 0,99 efetuado pela ré em crédito do seu celular sem que houve lastro para tanto.

Ressalvou que em razão dessa cobrança foi obrigado a efetuar recarga no valor de R\$15,00 a fim de permanecer com saldo para cobrança de outro serviço já contratado.

Requer a devolução em dobro dos valores de R\$0,99 e R\$15,00.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, a ré em contestação justificou adequadamente o procedimento que levou a cabo para o lançamento da cobrança de R\$ 0,99, o que se deu em razão do autor ter ultrapassado o uso de dados disponíveis para internet.

Outrossim, a recarga de R\$15,00 efetuada posteriormente pelo autor ficou a sua disposição e dentro dos parâmetros contratados entre as partes, não se vislumbrando vício ou irregularidade que a maculasse.

O autor a seu turno mostrou-se desinteressado na dilação probatória (fl. 59) ou mesmo apontou qualquer elemento minimamente sólido que contrapusesse as ponderações da ré.

Esse panorama conduz à rejeição da postulação formulada

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**